

JAIME LOPES DIAS

IV CONGRESSO



E EXPOSIÇÃO REGIONAL
DAS BEIRAS



CASTELO BRANCO

DEPOSITÁRIOS:
TORRES & C.TA
"LIVRARIA FERIN"
70, Rua Nova do Almada, 74
LISBOA

Memorial de Proença-a-Nova

POR JOÃO RIBEIRO DA CRUZ

As vias de comunicação, ou sejam estradas de macadame ou caminhos de ferro, são indispensáveis à vida dos povos que têm possibilidades de caminhar.

Tem-se falado por vezes — há mesmo um plano já aprovado nesse sentido — da construção de uma linha férrea que, partindo de Ferreira do Zézere e passando por Sertã, Proença-a-Nova, Sobreira Formosa e Castelo Branco, ligaria estas regiões com o projectado caminho de ferro Castelo Branco-Plasência e viria trazer-lhes uma riqueza incalculável pelo desenvolvimento grande da indústria de madeiras, em que os seus terrenos são férteis. Levar a cabo este grande empreendimento, é contribuir para o levantamento económico do nosso país, pela grande exportação de madeiras a que daria lugar e que hoje pouco valor atinge pela dificuldade e carestia de transportes.

Representar neste sentido perante os poderes públicos deve ser missão nobre deste Congresso, não só por vir satisfazer uma velha aspiração destes povos, como ainda pelos benefícios que traria ao país, dada a entrada de ouro que a exportação de madeiras nos pode proporcionar.

Um outro factor de interesse para os concelhos de Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão é a estrada a macadame de 1.^a classe n.º 12, Proença-a-Nova a Vila Velha de Ródão.

Esta estrada, se houver critério na sua directriz, pode trazer para os concelhos citados, e ainda para os de Sertã e Oleiros, um grande desenvolvimento comercial e industrial, pela ligação, relativamente curta, em que os põe com o Alentejo.

Dissemos — se houver critério na sua directriz — porque acontece por vezes, os caprichos dos homens darem-lhe uma bem diferente daquela que é imposta pelos interesses da economia geral e pelos interesses do tesouro, e não falta no caso presente quem procure seguir por este caminho.

Achando-se já construída até ao entroncamento com a 14-1.^a, a sua saída desta impõe-se de Sobreira Formosa, em direcção a Perdígão, do concelho de Ródão, para dali seguir ao encontro da municipal de Tavila em direcção à ponte inter-provincial do Tejo, ramificando para Fratel e sua estação ligando assim esta importante freguesia com o concelho de Proença-a-Nova e todo o País.

Vantagens deste traçado

- 1.º Servir o maior número de povos.
- 2.º Ser mais económica a sua construção.
- 3.º Servir povos que não podem desenvolver a sua actividade por falta de vias de comunicação.
- 4.º Ligar os concelhos de Oleiros e Proença com o Alentejo por um caminho curto e acessível.

Desvantagens do traçado que se pretende impor saindo de um ponto isolado da estrada 14 à ponte do Tejo, por Vale da Bezerra, Proledo, etc.

- 1.º Servir um reduzido número de povos.
- 2.º Ser mais dispendiosa a sua construção.
- 3.º Servir povos, que nunca terão possibilidade de desenvolver-se, dada a avareza de que a natureza deu provas na dotação do seu solo.
- 4.º Ter de percorrer uma mais longa distância sem benefícios de qualquer espécie para a Economia Nacional e com manifesto prejuízo para o Tesouro.

Em face do exposto, o IV Congresso Beirão resolve :

1.º *Pedir o urgente estudo dos caminhos de ferro já planeados de Ferreira do Zézere a Sertã, Proença-a-Nova, Sobreira Formosa, Castelo Branco, Plasência.*

2.º *Representar ao ex.º sr. Ministro do Comércio para que a estrada 12-1.ª, a contruir, saia de Sobreira Formosa ao Perdigão, Tavila e Portas de Ródão, ramificando para Fratel e sua estação, no ponto onde melhor puder servir aquela freguesia.*

Viação ordinária

Do « Memorial » apresentado ao IV Congresso Beirão

PELO DR. JOSÉ JÚLIO CÉSAR

Não tem sido olhado como é indispensável o problema da viação ordinária. Há por concluir estradas que há mais de 50 anos foram estudadas e de que já então se reconhecia a maior necessidade e urgência. O seu estado de conservação chegou ao maior abandono sendo justo, porém, constatar que nos três últimos anos muito se tem feito no que respeita a reparações, muito mais havendo a fazer ainda.

Não é meu intento indicar todas as estradas que devem construir-se ou concluir-se nas Beiras, dentro de breve.

Farei referência a algumas, cuja conclusão se impõe. O Congresso deve formular votos para que ela não demore. As autoridades e os povos das respectivas regiões devem unir os seus esforços no sentido de fazerem valer os seus direitos.

Desejamos uma administração severa, cortando se o mais possível nas despesas improdutivas.

Outras há, porém, como são todas as concernentes a fomentar a riqueza, que não só não podem diminuir-se, como indispensável é aumentá-las em muito. E as da viação estão neste caso.

Impõe-se a conclusão, construção e reparação entre muitas outras, das estradas seguintes :

*Covilhã a Coimbra, pelas Pedras Lavradas;
Covilhã, Unhais da Serra a Alvoco, Loriga e Ceia;
Castelo Branco a Coimbra;
Castelo Branco à fronteira;
Penamacor ao Sabugal;
Penamacor a Valverde del Fresno;
Oleiros a S. Vicente da Beira;
Salvaterra do Extremo a Monfortinho;
Vila de Rei ao rio Zézere;
Aldeia de João Pires à Zebreira;*

Aveiro ao Carregal do Sal, na parte entre Tondela e Carregal e Portela do Guardão à Igreja da Castanheira. Estudada há perto de 70 anos, falta a construção de cerca de 30 quilómetros, devendo ser arrematada em 26 do corrente a construção de três lanços, para o que muito contribuiu o 3.º Congresso Beirão;

Viação acelerada e viação ordinária das Beiras

Por ERNESTO NAVARRO

Do que fica exposto podemos tirar as seguintes conclusões para serem submetidas ao voto do Congresso:

1.º — Intervir junto do Governo para que mande proceder com urgência ao estudo definitivo das seguintes linhas:

Viseu ao Tua (via estreita).

Régua a Vila Franca das Naves (via larga).

Entroncamento a Miranda do Côrvo (via estreita).

Lousã por Arganil e Santa Ovaia à Covilhã (via estreita).

De Santa Ovaia, por Ceia, Gouveia e Vila Franca ao Pocinho (via estreita).

Santa Comba Dão a Arganil (via estreita).

Tomar pela Sertã, a Castelo Branco e de aí até Salvaterra do Extremo, com um ramal por Penamacor, em direcção ao Sabugal e Guarda (via estreita).

Vila Velha de Ródão, por Nisa, a ligar com o ramal de Cáceres (via larga).

2.º — Representar ao Parlamento para ser discutido com urgência o projecto de lei sobre caminhos de ferro vicinaes.

3.º — Manter uma acção permanente junto dos Governos por intermédio dos parlamentos regionaes e da Comissão Executiva dos congressos beirões, para efectivar aquellas aspirações.

O Congresso Beirão faz votos para que se cumpra a lei que manda entregar aos corpos administrativos determinadas classes de estradas, dando-lhes os poderes e os mais precisos para elles se desempenharem cabalmente da função que lhes compete.

Comunicações que urge estabelecer

Nos seguintes mapas vão indicadas as estradas cuja conclusão mais urgentemente se impõe:

Distrito de Aveiro

E. N. 42 — De S. Pedro do Sul em direcção a Oliveira de Azemeis. Encurta o trafego das Beiras para o Pôrto.

E. N. 45 — Ligação de Aveiro com Viseu pelo Caramulo. E' também uma importantíssima estrada de turismo.

E. N. 13 — Estrada que de Viseu se dirige a Agueda por Vouzela e Talhadas.

E. D. 74 — De Bolfiar ao Luso, com ligação para a E. D. 73 em Vila Nova de Monsarros.

E. D. 81 — De Castro Daire a Sinfães.

Distrito de Castelo Branco

E. N. 46 — Da Covilhã por Unhais da Serra em direcção a Coimbra. Importantíssima. Liga três distritos: Castelo Branco, Guarda e Coimbra.

E. N. 52 — Há muito começada. De Castelo Branco dirige-se à fronteira por Malpica com o objectivo de ligar à estrada espanhola que serve os *ayuntamientos* de Herrera e Casas de Cedillo.

E. D. 119 — Da Sertã por Oleiros ao Fundão. Atravessa uma região quasi completamente desprovida de estradas.

E. D. 120 — Da Sertã para o sul, ligando com o distrito de Santarém.

Oliveira de Azeméis a Arouca.

2.^o — Para aquele efeito serão feitas ao Governo as necessárias representações, instando, firme e repetidas vezes, pela rápida execução de tais trabalhos de fundamental importância para a economia das Beiras e do País.

Algumas aspirações das Beiras

PELO DR. JOSÉ JÚLIO CÉSAR

a) Viação acelerada

Deve o Congresso intervir junto do Governo para que, quer por construção directa quer por concessões a Companhias, e algumas há prontas a fazê-lo, sejam construídas, com a maior brevidade, as linhas seguintes:

De Arganil a Bragança, na parte que vai de Arganil a Santa Comba-Dão e de Viseu a Foz-Tua;

Da Régua a Vila Franca das Naves, por Lamego, Moimenta e Trancoso, ligando a linha da Beira Alta à do Douro;

Do Entroncamento a Miranda do Corvo, Arganil, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Vila Franca das Naves e Pocinho;

De Viseu a Mangualde e Gouveia, ligando à anterior;

De Santa Ovaia à Covilhã, através da Serra da Estrêla;

De Tomar pela Sertã, Castelo Branco a Salvaterra do Extremo, com um ramal a Penamacor, Sabugal e Guarda;

De Aveiro a Cantanhede, de Albergaria à Torreira e de Oliveira de Azeméis a Arouca.

b) Viação ordinária

Deve o Congresso empregar os maiores esforços para que as Estradas n.^{os} 13 e 95, hoje 33, e de capital importância para os distritos de Aveiro e Viseu, sobretudo a 45 e 42, respectivamente hoje 39 e 32, sejam acabadas no mais curto prazo, como é de absoluta necessidade e justiça. Refere-se às estradas de Aveiro a Carregal do Sal, Vouzela à Ponte do Guardão, Viseu a Agueda por Talhadas e de S. Pedro do Sul a S. João da Madeira.

Memorial da cidade de Castelo Branco

PELO DR. JAIME LOPES DIAS

a) Viação

O III Congresso das Beiras, resolve, perfilhando as aspirações de Castelo Branco:

1.^o — Pedir ao Governo, especialmente ao Ex.^{mo} Ministro do Comércio, que o caminho de ferro Castelo Branco-Plasencia, aprovado por unanimidade pela Conferência luso-espanhola, que há-de encurtar grandemente a viagem

Lisboa-Madrid e servir a rica e extensa região de Idanha-a-Nova, seja incluído nos de urgente construção.

2.º — Que igualmente sejam consideradas de construção urgente as linhas férreas de Arganil à Covilhã e a transversal que saindo de Pombal ou outro ponto da linha do Norte, passando pela Sertã e Proença-a-Nova, servirá Castelo Branco; e ainda a do Crato a Vila Velha de Ródam que ligará o Alto-Alentejo com a Beira-Baixa.

3.º — Que em matéria de estradas, sejam construídas no mais curto prazo possível, pela sua importância, as de Coimbra-Castelo Branco a Malpica do Tejo; Oleiros a São Vicente da Beira; Alto da Serrinha ao extremo do distrito; Vila de Rei ao Zézere; Ponte de Caria a Santo Amaro; Aldeia de João Pires (Penamacor) à Zebreira; Aravil ao Rosmaninhal; Fratel à estação de Caminho de Ferro e Salvaterra do Extremo a Monfortinho.

4.º — Que se promova a arborização das vertentes do Tejo e de seus afluentes, se limpe o seu leito das pedras que o obstruem, se construam nos afluentes mais torrenciais barragens de pedra sêca ou estacadas que



Lamego — Nossa Senhora da Lapa

evitem o carreio de pedras, e se restaurem os antigos sirgadouros por forma a poder restabelecer-se a viação regular por aquele rio.

b) Propaganda e turismo

O III Congresso Beirão, resolve:

1.º — Que as Juntas Gerais dos seus cinco distritos, sós ou de colaboração com as Câmaras Municipais, organizem albuns das suas principais paisagens, monumentos e belezas naturais, que sirvam de documentação para o futuro e de propaganda para o presente.

2.º — Que em contracto com uma empresa cinematográfica organizem «films» desses mesmos documentos, monumentos e paisagens para serem exibidos nos principais centros do país, no estrangeiro e possivelmente em todas as vilas e sedes dos concelhos da Beira.

3.º — Que se escreva desde já e antes da Exposição Ibero-Americana de Sevilla o guia ou o roteiro dessas belezas e monumentos, com o mapa turístico da Beira, não esquecendo a indicação das estradas e dos hotéis habitáveis.

Jornal da Sertã — O número programa saiu em Dezembro de 1887. Publicou-se o 1.º número em 25 de Dezembro de 1887. O n.º 45 e último saiu em 30 de Dezembro de 1888, trazendo por engano a data de 31. Bastante irregular nos dias da sua publicação, logo depois do n.º 6 esteve dois meses sem aparecer. Administrador, António Carlos Santos, até ao n.º 6. Preço da assinatura por trimestre, 400 réis.

O Correio das Províncias — N.º 1, em 21 de Fevereiro de 1889. O n.º 16 (J. Germano não sabe se foi o último), em 18 de Julho do mesmo ano. Saiu com irregularidade. Director e proprietário, Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, que foi o mesmo do *Jornal da Sertã*. Fôlha progressista. Preço, 400 réis por trimestre.

Sertaginense (1.º) — N.º 1, em 10 de Outubro de 1889. Fôlha independente. Administrador-proprietário, Joaquim Martins Grilo, e ultimamente administrador Manuel António Grilo. Director e editor, Joaquim Martins Grilo. Redactores, Abílio David, Fernando Mendes, Ilídio Moura, etc. Assinatura por trimestre, 300 réis.

Ecos da Beira — Saiu em 17 de Dezembro de 1896. Director, Dr. Abílio Marçal.

A Ninfa do Zézere — Apareceu em 12 de Março de 1897. Director-proprietário, Ernesto Sande Marinha. Hebdomadário noticioso e literário.

Gazeta das Províncias — Em 10 de Novembro de 1898. Semanário independente. Redactor, Ernesto de Sande Marinha. 1.º número, 10 de Novembro de 1898; o último, em 27 de Setembro de 1900.

Eco da Beira — Director, Abílio David. 1.º número, 20 de Fevereiro de 1910.

Eco da Beira — Director, Dr. Abílio Marçal. 1.º número, 16 de Agosto de 1914; último número, 14 de Julho de 1918.

Voz do Povo — Saiu o 1.º número em 1 de Dezembro de 1910. O último, 30 de Novembro de 1913. Jornal republicano. Director, António Augusto Rodrigues.

Boa Nova — Apareceu em 19 de Julho de 1914. Mensário do arceprestado.

A Voz da Beira — Semanário. Começou em 10 de Janeiro de 1914 e terminou em 4 de Março de 1917. Defesa dos interesses da comarca da Sertã. Director, Frutuoso A César Pires.

A Pátria de Celinda — N.º 1, em 4 de Fevereiro de 1917. Ultimo, 21 de Agosto de 1921. Director, Ernesto de Sande Marinha.

O Sertaginense (2.º) — Semanário político, noticioso e literário e defensor dos interesses da comarca da Sertã. Director, António Augusto Rodrigues. 1.º número, 7 de Abril de 1918; último número, 4 de Março de 1920.

Progresso da Beira — Director, Carlos dos Santos e Silva. 1.º número, 11 de Outubro de 1925; último, 9 de Janeiro de 1927. Fôlha regionalista.

TORTOZENDO

O Tortozendo — Apareceu em Fevereiro de 1908.

O Jornal? — Tortozendo, 1927.

Unhais da Serra — Em 11 de Fevereiro de 1900, saiu o n.º 11.

VILA VELHA DE RÓDAM

Noticias de Ródam — Director, José Valério Nave; redactor, António Fortunato de Moraes. Viveu de 6 de Janeiro de 1905 a 15 de Agosto de 1907, com 51 exemplares. Seguiu a política regeneradora. O n.º 51 está datado de Portas de Ródam-Arneiro (Niza). Quinta-feira, 15 de Agosto de 1907. Traz no rosto o retrato do Conselheiro Hintze Ribeiro, que falecera quinze dias antes, fazendo-lhe o elogio e tarjando de luto a 1.ª página. Dá como administrador José Passos. Impressão e composição: Ateliers Gráficos, Brito Nogueira, Sucessor, rua de Alcântara, 62-C — Lisboa.

O Rodense — Fôlha quinzenal. Director, administrador, editor e proprietário, Eusébio

Ferreira Pinto. *Jornal progressista*, impresso em Portalegre na tipografia de Fragoso & Leonardo. Publicou-se em 1896. O 1.º número saíu em 1 de Setembro e durou até 1910.

O Novo Rodense — Semanário regenerador. Redactor, editor e proprietário, Armindo da Costa Monteiro. Colaboradores: José Tavares da Rocha, D. Maria Emilia Loureira, Alberto Ramos Simões Dias. Impresso no Fundão e defendia os interesses regionais. Começou em 15 de Outubro de 1899 e foi até ao n.º 44.

Legislação e Elucidário Municipais — Quinzenal. O n.º 1 saíu em 14 de Maio de 1900.

ADITAMENTO

Acção Regional — Em 16 de Junho publicou um número extraordinário de 16 páginas, dedicado ao IV Congresso e Exposição das Beiras, realizado na cidade de Castelo Branco. Número de ouro, a sua colaboração é variada e distinta, figurando, em página, um retrato do Sr. Presidente da República, general Carmona, e um autógrafa seu em que «saúda, por intermédio da *Acção Regional*, o IV Congresso das Beiras». Insere gravuras relativas aos distritos das Beiras e colaboração do Dr. António José de Almeida, Dr. José Júlio César, Dr. Sousa Gomes, governador civil de Coimbra; tenente Silva Mendes, governador civil de Aveiro; capitão Júlio Rodrigues da Silva, governador civil de Castelo Branco; coronel Numa Pompílio, governador civil de Viseu; D. Domingos, bispo da Diocese; Dr. Alfredo Augusto Filipe, governador civil da Guarda; Dr. Teixeira de Abreu, director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Dr. José Alberto dos Reis, professor catedrático de Direito; F. Pina Lopes, J. Leite de Vasconcelos, jornalista Armando Boaventura, Alvaro V. de Lemos, Dr. Alfredo da Cunha, Dr. Samuel Maia, Dr. E. Sanches da Gama, Nuno de Montemor, Jaime de Magalhães Lima, Dr. Manuel da Silva Gaio, Eugénio de Castro, Dr. António Mendes Alçada, Dr. Luís de Magalhães, Dr. Hipólito Raposo, Dr. Campos de Figueiredo, Dr. Francisco Lopes Vieira de Almeida, Correia de Oliveira, Dr. Afonso Duarte e Boavida Portugal.

Publica cerca de oito páginas de anúncios das principais casas comerciais e industriais da cidade e foi composto e impresso na Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, rua do Diário de Notícias, 78, Lisboa, sendo esplêndido o trabalho gráfico. Foram impressos 3.000 exemplares e cada exemplar vendido ao preço de um escudo. Jámais em Castelo Branco se fez uma publicação semelhante e que marcasse tão completo êxito.

Terra da Beira — Saíu em 16 de Junho de 1926. Director e editor, Dr. J. Ribeiro Cardoso; administrador, Portela Feijão. Composição, impressão e administração, Tipografia Portela Feijão. Traz a legenda «Pola Grey». A *Terra da Beira* anuncia que será publicada nos dias 1 e 15 de cada mês, em 8 e 12 páginas, prometendo ser um repositório formidável de documentos para a história de todos os concelhos do distrito. Insere na 1.ª página um retrato do albicastrense ilustre que foi Francisco Tavares Proença Júnior; na 2.ª traz duas gravuras da capela da Senhora de Mercules e na 3.ª uma fotografia do falecido Dr. Adolfo Portela, de quem publica a «Lenda dos Namorados», inserindo os versos e a música, ambos da inspiração do Poeta.

Na 4.ª página estampa o retrato de Sales Viana, seu colaborador, que fez o desenho da cabeça.

Notas

As Províncias são formadas de Regiões Económicas — Regiões Económicas Agrícolas e Regiões Económicas Industriais — e como tais consideradas para efeitos da legislação local e nacional.

Os Municípios não podem constituir apenas elementos de pura administração local. A sua função será polarizar as energias locais em torno da bandeira do bem público. Eles devem ser uma *célula social* viva e em permanente actividade. Na criação e na organização do Município, há, pois, que atender a todas as razões morais, espirituais e naturais do seu agregado.

Soldar ficticiamente e arbitrariamente regiões tantas vezes antagónicas, é matar no ovo o embrião da vida municipal.

E, é assim, que, a tendência do Estado Moderno se manifesta no sentido de criar municípios, sempre que, as razões acima expostas o indiquem, obedecendo, não às imposições dos caciques locais, mas antecipando-se a elas, para estímulo de energias dispersas e para renascimento social dos laços morais criadores de municipalismo.

A'queles que objectam com o argumento de despesas acrescidas na criação de núcleos Municipais, fàcilmente se opõe a vantagem que, para a Região traz uma sã e equilibrada simbiose Municipal, e, os novos critérios, hoje de domínio público, de organização municipalista, como seja a Federação e Confederação dos Municípios, no que respeita a determinados serviços públicos, o que, reduz as despesas, simplificando estes, e diminuindo o número de funcionários encarregados da sua execução e fiscalização.

O critério moderno hoje em organização administrativa municipal como em organização económico-social, é a descentralização mais larga e completa no sentido duma unidade cada vez mais nítida e definida.

Basta dizer que, para este segundo capítulo o tipo ideal de organização é o *Sindicato de Freguesia* e não o grande Sindicato.

A Beira-Baixa nos seus aspectos histórico-militar, geográfico-militar e essencialmente militar

PELO TENENTE-CORONEL JOSÉ MARTINS CAMEIRA

As províncias de Portugal não têm em geral uma designação etimológica apropriada. Não correspondem aos caracteres deduzidos do relêvo do terreno, da latitude e da proximidade e afastamento do mar, e a sua história não tem forma alguma definida ou inconfundível no concôrto com as demais.

A Beira-Baixa, estando cortada, em quási tóda a sua extensão, por bacias profundas e os mais altos relêvos, é naturalmente acidentada e a sua altitude média superior à da maior parte das restantes.

Segundo a divisão feita por P. Barros Gomes, *nas cartas elementares de Portugal*, as actuais províncias do Douro e Beiras deviam converter-se numa só a «Beira», a qual se sublocaria em litoral, central, transmontana e meridional.

Mas pondo de parte esta opinião, pôsto que digna da maior reflexão, citaremos sempre a antiga divisão regional, como sendo a mais geralmente seguida.

A — Sob o aspecto histórico-militar

a) Antes do comêço da nossa nacionalidade

Os aborígenes da península ibérica seriam porventura da raça atlântide, isto é, os habitantes da célebre ilha Atlântide de que falam Platão, Diodoro da Sicília e outros escritores de antiguidade.

Ilha vastíssima, cuja existência foi por muito tempo considerada como fabulosa, mas que hoje é admitida como verosimil, atribuindo-se às ilhas dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde os restos dêsse imenso território submergido em grande parte no oceano e do qual as mencionadas ilhas seriam os seus mais elevados cumes; ou então, segundo as conclusões de Wegener, os restos demorados de uma sublocação, da América no seu movimento para oeste.

Os seus costumes de verdadeiros trogloditas foram-se transformando por correntes sucessivas de civilização, das menos imperfeitas às mais perfeitas dêsse tempo e que se lhes sobrepuerem pouco a pouco, mas sem fazer desaparecer totalmente os seus traços primordiais.

Segundo Anatole Barthelemy, as novas civilizações aparecem com a vinda de várias tribus, umas após outras e isoladamente, permutando os seus usos e costumes com os dos povos submetidos.

Não é sem a maior reserva que se atribui a vinda à península dos iberos do Cáucaso, dos líguos colchidianos e dos gauleses, porquanto nenhuma noção segura existe para se elaborar o quadro definitivo dêstes supostos habitantes da península, além de palavras sóltas, de documentos vagos e de outras obras imprecisas que bem podiam provir dos povos invasores, pela assimilação directa ou indirecta de outros.

E', porém, considerada incontrovertida a vinda dos celtas de origem asiática, os quais cruzados com os iberos deram lugar aos celtiberos e o facto dos fenícios terem aportado aos nossos estuários e aí estabelecido feitorias, embora mais com o espírito mercantil do que pròpriamente de conquista. O povo fenício, essencialmente colonizador e de um grande desenvolvimento industrial, fomentava nas suas colónias em vez de fortalezas que lhe assegurassem a sua posse, verdadeiros mercados comerciais aonde acudiam os productos do país para serem trocados por outros. Foi um grande pioneiro da civilização peninsular, com a sua tendência de argonauta e o seu espírito empreendedor.

A civilização adiantada dos gregos chegou também até nós. Aproveitando as condições do meio, do clima e da posição geográfica, os gregos chegaram a dar unidade e relêvo literário às mais formosas concepções, que éles souberam extrair dêstes dois princípios fundamentais da sua arte e da sua filosofia: Culto da natureza e divinização das forças naturais. Não excederam os romanos na organização social e política, mas foram-lhes superiores na vivacidade artística e no sentimento da beleza. Foram os gregos, sobretudo os espartanos, graças ao seu culto pela fôrça física, os verdadeiros mestres da arte militar dos antigos.

Os cartagineses, animosos, destemidos e de costumes ferozes e corrompidos e que dominaram a península, por mais de três séculos, estabeleceram-se nela principalmente depois da 2.^a guerra púnica, não sem que os lusitanos tivessem vencido e morto Amílcar Barca, um dos seus grandes generais, criando vários impérios em grande escala e recrutando algumas das suas mais aguerridas tropas mercenárias.

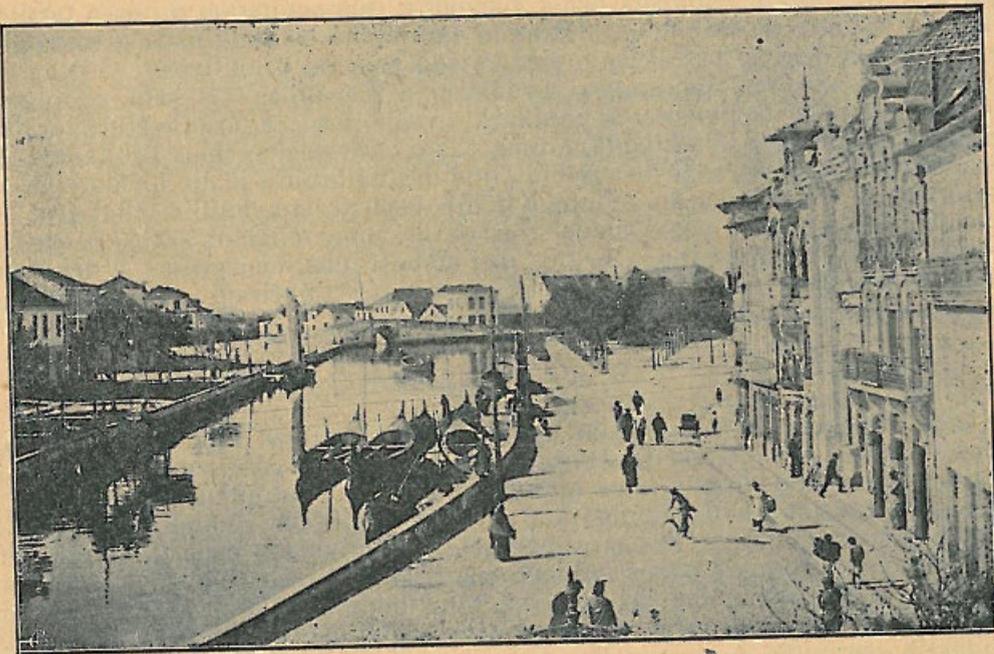
Foi, porém, o povo romano o que maior acção civilizadora exerceu no nosso território e deve ter tido notável influência na modificação da nossa raça, graças à sua larga ocupação por espaço de 625 anos. Por causa, porém, das crueldades e perfídias do general romano Galba, os lusitanos deram o primeiro exemplo de revolta e, sob o comando do seu valente e generoso compatriota Viriato, que sobreviveu à carnificina, bateram sempre com êxito as legiões romanas, numa guerra ingente e contínua de escaramuças, de sur-

prêças e de emboscadas. Obrigaram o general Serviliano, que atraíram e encerraram nos montes Herminios, a aceitar uma paz em que era reconhecida a independência dos lusitanos e aclamar Viriato como rei. Este chefe, reconhecido de toda a Lusitânia, soube reunir a importância da sua elevada gerarquia, na qualidade de genro do príncipe Astolpa, com a humildade de um simples pastor, por que quis sempre passar.

Diodoro Siculo diz que Viriato fizera grandes progressos na arte militar e fôra admirado não só pelas suas forças físicas mas também pela sua habilidade estratégica.

Os lusitanos submeter-se hiam aos romanos sem grande reacção, se a violência e a traição dos invasores lhes não estimulassem a actividade e o espirito de independência. No dizer de Estrabão constituíam a mais poderosa das nações ibéricas e os que mais herôicamente resistiram às armas cartaginesas e romanas.

Povos de origem celtibera, segundo as opiniões mais autorizadas, que



Aveiro — Ruas do Cais e 5 de Outubro

habitavam na Beira, na Estremadura e em parte do Alentejo e nas províncias da Estremadura e de Salamanca espanholas, tendo Mérida por capital, eram dados à rapina, os seus costumes notoriamente selvagens, segundo o espirito da época, e dormiam sobre a terra ou sobre montes de ervas ou de palhas. Muito sóbrios, não bebiam vinho e sustentavam-se principalmente de carne de bode e de pão de farinha de bolota. Durante os combates manejavam com destreza e valentia o cutelo, o punhal, a funda, os dardos e as lanças de cobre. Opuseram sempre tenaz resistência às legiões romanas, embora essas legiões, que acabaram com a massa compacta, constituíssem um tesouro inexaurível de força e de vigor com a sua organização perfeita e tão perfeita que fez dizer a um escritor antigo: «Foi sem dúvida um deus quem a inspirou aos romanos.»

Com o aparecimento do cristianismo modificaram-se pacientemente os costumes pagãos, transformando-os e substituindo-os por outros mais espirituosos e mais humanos; gerou-se uma nova consciência pública e novas condições sociais e impôs-se às multidões pelas generosas ideias de igualdade e de fraternidade que apostolou e fez sentir pela sublimidade das suas

máximas morais, pela fé, pelo entusiasmo e pela abnegação que sempre mostrou ao serviço da sociedade.

No primeiro quartel do século iv, os judeus já tinham na península uma colónia importante, segundo o documento histórico do concílio Ilibiris, colónia que foi sempre crescendo com as sucessivas infiltrações dessa fecundante e assimiladora raça. Os judeus peninsulares puderam impressionar a imaginação dos nativos pelo cântico litúrgico dos seus livros sagrados, por esse alto misticismo religioso, pelo escrúpulo supersticioso com que observam as leis de Moisés, por uma profunda confiança em Deus, pela aniquilação da vontade humana perante a vontade de Jehovah terrível e onipotente e finalmente pelo contacto de todos os dias.

No comêço do século v vieram à Lusitânia os alanos e para sul e norte, respectivamente os vândalos e suevos. Os primeiros demoraram-se na Lusitânia somente uns 2 anos e foram estes últimos que se assenhorearam do seu território e nêle permaneceram por espaço de século e meio. Os suevos, por sua vez, foram expulsos pelos visigodos, que ocuparam o nosso território, por espaço de 200 anos, deixando impressos os seus usos e costumes e convertendo-se ao catolicismo juntamente com os primitivos.

No século viii, os árabes invadiram a Espanha. Os seus costumes comunicaram-se facilmente à população visigótica. A arquitectura árabe, graciosa, elegante e rendilhada, é uma das manifestações mais brilhantes do fecundo e imaginoso espírito oriental, que deslumbrou a idade média com os tesouros da sua civilização. Tinham génio, espírito mercantil e guerreiro. A guerra era-lhes uma necessidade, um dever, uma religião; era para elles a chave do céu e do inferno. Mestres nas emboscadas e surpresas, a deserção consideravam-na um dos seus maiores crimes. Cobriram a península de soberbas mesquitas e de palácios sumptuosos.

*

A afluência de tôdas estas emigrações reflectiu-se profundamente nas características primitivas da nossa raça, levando-a a canalizar-se para uma maior consciência de si mesma e num sentido mais autónomo e progressivo.

Todos estes povos dominaram a península ibérica quando atingiram o seu maior esplendor, e, desta exuberância de actividade e de grandeza, em muito beneficiaram os povos submetidos, cuja civilização era mais rudimentar. Foi uma amálgama de diversas tonalidades, rodopiando porém em volta de um fundo primitivo, cujos traços profundamente vinculados jámais puderam extinguir-se através das nossas eras mais nebulosas e das nossas *étapes* mais distintas.

Imiscuidos nos godos, temos um pouco de sangue moirisco e são dos romanos algumas instituições, alguns costumes e a língua.

Raça aventureira, como aventureiros foram todos os povos que a dominaram, raça assimiladora como derivante dos seus hábitos adquiridos com os diferentes invasores que sucederam por largos séculos, raça astuta que sempre a caracterizou através dos seus sucessivos dominadores que eram mais fortes e em geral mais adiantados, raça de navegadores em que sempre se alimentou para se não ver asfixiada nos seus limitados territórios, criou seguramente uma nacionalidade definida e inconfundível e de que sempre tem sido ciosa no decorrer das suas mais difíceis emergências.

b) Desde o comêço da nossa nacionalidade

As lutas dos nossos primeiros antepassados circunscreveram-se principalmente às sucessivas sublevações contra os povos dominadores, naquella ansia e instinto naturais de liberdade e de independência.

Mas desde que o nosso povo esboçou a sua nacionalidade, as suas lutas concretizaram-se mais, estendendo-se do domínio dos estados pagãos ao das nações cristãs, suas limítrofes, ora para assegurar ou reassegurar a sua hege-

monia política, ora para acariciar o sonho de ambições insofridas de alguns dos nossos monarcas.

Foi Castela, sobretudo, o alvo principal dos conflitos internacionais e contra ela disputamos por vezes a nossa independência e os nossos mais legítimos direitos. Com ela nos aliámos algumas vezes para combater o inimigo comum e a sua história corre parelhas com a nossa através de todos os tempos e de todas as dificuldades.

Nas guerras de conquista, da independência, da restauração, da sucessão, dos 7 anos e na peninsular, as praças fronteiriças constituíram sempre os primeiros objectivos dos exércitos beligerantes, sendo tomadas e retomadas vezes sem conto e restringindo-se a elas, algumas vezes, o pleito nascido.

As províncias da Beira e do Alentejo constituíram quasi sempre os principais teatros de operações entre Portugal e o estrangeiro e as suas praças de Almeida, Elvas e Campo Maior marcaram as *étapes* por excelência das grandes empresas guerreiras.

*

No que interessa em especial à província da Beira-Baixa, registam-se várias *étapes* que convém mencionar, embora resumidamente, por elas constituírem uma grande parte da sua história militar.

D. Afonso Henriques, logo depois da batalha de Ourique, bate os mouros em Trancoso.

D. Sancho II encontrou-se com o rei Fernando III de Leão no Sabugal, para assegurarem a sua antiga amizade.

Henrique II, de Castela, por causa das pretensões de D. Fernando, invadiu a Beira por Almeida, avançou por Pinhel, Celorico, Linhares e Viseu, sendo porém Almeida conquistada e pouco depois novamente tomada por D. João de Castela, seu sucessor.

Na guerra da independência, optaram por Castela, Almeida, Castelo Rodrigo, Sabugal, Monsanto, Linhares, Celorico, Penamacor, Guarda e Covilhã. A esse tempo os castelhanos sofreram uma vergonhosa derrota na ribeira de Freches, próximo a Trancoso, mas como represália D. João de Castela arrasou mais tarde a capela de S. Marcos dessa vila. Nesta mesma povoação, pouco depois, se concertou a paz entre o duque de Lancaster e o rei de Castela.

Em 1465 reuniram-se as côrtes na Guarda.

D. Afonso V deu a D. Martinho de Ataíde o titulo de conde de Atouguia e os rendimentos da judiaria de Castelo Branco e ao filho mais velho do duque de Guimarães as rendas e direitos de Monforte e o seu castelo.

Depois da morte do cardeal D. Henrique os procuradores e o alcaide da Guarda, contra a opinião do seu Bispo, prometeram entregar a vila aos castelhanos.

Durante o último período da dominação espanhola, D. Cristóvão de Moura foi marquês de Castelo Rodrigo e Monforte pertenceu ao duque de Bragança.

Em 1642, no tempo de D. João IV, foi orçado um exército de 2:000 homens para defesa da Beira. Neste ano, Fernão Teles de Meneses comandava a Beira, tendo sob as suas ordens D. Sancho Manuel. Este tomou Elches e aquele Valverde aos castelhanos. Por sua vez o duque de Alba tomou-nos Alfaiates, Almeida e Aldeia de Bispo, sendo porém depois forçado a retirar.

D. Sancho Manuel levantou um forte em Val de la Mula.

Em 1645, D. Fernando de Mascarenhas governou a Beira e queixou-se-lhe Castelo Branco de que desde o princípio da guerra mais de 68:000 cabeças de gado lhe tinham sido tomadas pelo inimigo e que já haviam sido mortos, pouco a pouco, mais de 800 dos seus habitantes.

Em 1646, os espanhóis sitiaram Almeida, sendo Filipe Bandeira de Melo, seu governador, quem os forçou a retirar. Sitiaram também o forte da Zebreira, de que foram igualmente repellidos.

Em Salvaterra, Simão Fernandes de Faria entrincheirou-se tenazmente no castelo, depois de evacuada a povoação e aí resistiu aos espanhóis até à chegada de D. Fernando de Mascarenhas, conde de Serem, que foi socorrer a praça. Em 1655, governava esta povoação o sargento-mor António Soares da Costa, o qual atraindo a uma cilada uns 30 espanhóis os matou a todos ignobilmente, incluindo o chefe, D. Afonso de Sande, general da fronteira espanhola.

Em 1662, o duque de Ossuna tomou o forte do Val de la Mula, o fortim de S. Pedro, o castelo de Albergaria e ameaçou a Guarda e Almeida. Mas à chegada de Sancho Manuel, conde de Vila Flor, retrogradou para Ciudad Rodrigo. Aquele construiu um forte em Escalhão, que logo este tomou. Em 1664, o mesmo duque construiu um forte junto de Aldeia de Bispo. Pouco depois Pedro Jaques de Magalhães venceu os espanhóis em Val de la Mula e queimou a vila de Sobradillo.

O general espanhol cercou Castelo Rodrigo, mas o mestre de Campo António Ferreira Ferrão, seu defensor, auxiliado por Pedro Jaques de Magalhães, fez retirar os espanhóis que chegaram a fugir sob um verdadeiro pânico. Este destroçou também em 1666 D. João Salamanques e tomou a vila de Umbrelles.

Na guerra da sucessão foi nomeado o marquês de Minas governador da Beira. Em Maio de 1704, o duque de Berwick, comandante dos espanhóis e franceses, tomou Salvaterra, Segura e várias povoações da Beira, bateu o barão de Fagel, nosso aliado holandês, nos desfiladeiros da Serra da Estrêla, mas em Monsanto e Idanha-a-Nova os camponeses fizeram uma bela defesa. Entrou em Castelo Branco, porém, depois de um ataque de quatro dias, foi forçado a atravessar o Tejo em Vila Vélha.

O marquês de Minas saiu de Almeida a 2 de Junho, retomou as povoações da Beira, sendo mais difícil a de Monsanto, que tinha uma guarnição de 150 franceses. D. Francisco Rouquillo quis socorrê-la, mas foi derrotado completamente pelo marquês, fugindo para Espanha por Idanha-a-Vélha. Fez capitular a praça de Salvaterra no ano imediato, defendida pelo governador espanhol D. António Gallardo, com 48 oficiais e 325 soldados. Ocupou o lugar de Zarza e chegou em 1706 a Madrid.

Em 1762, no tempo do marquês de Pombal e por ocasião da guerra dos 7 anos, foi chamado o conde de Lippe para organizar e comandar as tropas portuguesas.

O marquês de Sarria tomou Castelo Rodrigo e foi cercar Almeida. Era seu governador Alexandre Palhares de Brito, que se rendeu vergonhosamente, fazendo alterar deste modo os planos do conde de Lippe.

A nossa 1.^a divisão, do comando de Londoun, estabeleceu-se em Viseu, destacando um corpo para Celorico. A divisão de Santiago, que entre os seus regimentos contava o de Penamacor, foi enviada primeiro para Castelo Branco e depois para a Guarda, com a missão de cobrir a Beira-Baixa. Depois da rendição de Almeida, Santiago recebeu ordem para se conservar nos seus estacionamentos enquanto pudesse, mas internando-se nos desfiladeiros entre o Zézere e o Tejo logo que se tornasse necessário.

Sarria foi contra Celorico, defendida por 300 homens do comando de Graciano Palha. O conde de Aranda, sucessor de Sarria, fez uma conversão sobre a esquerda e avançou contra Sabugal e Penamacor. Salvaterra e Segura capitularam pouco honrosamente. Em seguida foi concentrar-se em Castelo Branco e dali para Vila Vélha.

Burgoyne, comandante da 4.^a divisão, foi encarregado de defender Vila Vélha. Construiu batarias em todos os escarpados das montanhas, aproveitou o próprio castelo, apesar de ser de mau recinto. O conde de Lippe tratou também de defender os desfiladeiros entre o Zézere e o Tejo que vão ter a Abrantes, confiados às tropas de Santiago.

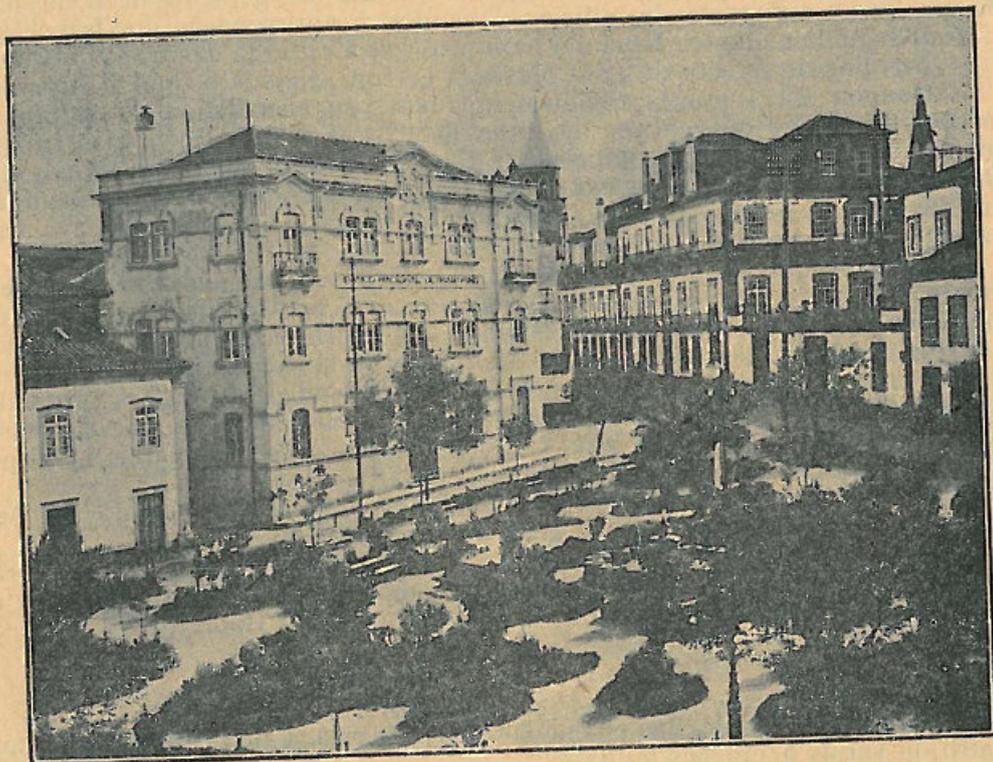
O conde de Aranda venceu com dificuldade o primeiro pôsto defendido pelo major de engenharia M. de Bassemon, mas tomou o castelo de Vila Vélha sem disparar um tiro, do comando do tenente-coronel Silva.

Vendo-se Aranda impossibilitado de tomar Abrantes retrogradou para Castelo Branco com receio de lhe serem cortadas as comunicações pelo conde de Londoun, que aparecia no Fundão e tinha já destacado para S. Miguel um corpo de tropas francesas do comando do coronel O'Reilly.

Quis ir para o Alentejo por causa da fome da Beira e para isso mandou atravessar o Tejo para cima de Vila Vélha e por Alcântara.

O conde de Lippe fez ocupar de novo Vila Vélha e Londoun foi para Penamacor e Monsanto.

Em 20 de Novembro de 1807, Junot entra na Beira por Alcântara. Chegou a Castelo Branco e fez seguir parte das suas tropas por Benquerenças de Cima, Amarelos, Portela de Milhariça, Perdigão, Venda Nova e Vilar Lapa, na direcção de Mação e Abrantes, e parte por Sobreira Formosa.



Castelo Branco — Largo da Sé

Sarzedas foi saqueada. Fez destacar para Almeida um batalhão suíço e dois batalhões estabeleceram-se na margem sul do Tejo.

Em 1808 começou a insurreição.

Loison, que estava em Almeida, deixou ali 1:200 homens e saqueou a Guarda em Julho, matando muitos paisanos que se lhe opuseram, por lhe ter resistido. A gente da Covilhã veio ao caminho fazer-lhe todo o dano. Em Alpedrinha, um punhado de serranos hostilizou-o numa quebrada da Guardunha, mas os soldados franceses saquearam a povoação e mataram quantas pessoas encontraram, mesmo velhos e crianças.

Sarzedas foi de novo saqueada. Penamacor proclamou o príncipe regente em Julho. Meses depois, 80 homens das ordenanças de Alpedrinha, sob o comando do coronel Grant, atacaram um comboio francês, que vinha de Espanha, escoltado pelo general Foy com 3:000 homens. Wellington elogiou muito esta acção pois fez perder 500 homens ao inimigo e a maior parte do comboio.

Em Vila Nova de Fozcoa houve tumulto contra os franceses. A Junta

do Pôrto deu o comando do exército de operações da Beira e Trás-os-Montes ao general Bacelar.

Durante a 2.^a invasão, para evitar a entrada do general Vítor em Portugal, o coronel Mayne com 900 homens da Leal Legião Lusitana e o regimento de milícias de Idanha-a-Nova foi postar-se em Alcântara.

Para a batalha de Talavera, Wellington marchou de Abrantes para Castelo Branco em duas colunas, uma por Sobreira Formosa e outra por Vila Vélha de Ródão. Seguiu depois para Zarza Maior. Os portugueses concentraram-se em Castelo Branco e guarneceram as posições à quem do Elga, ficando infantaria 5 em Salvaterra, quatro esquadrões em Idanha-a-Vélha e um esquadrão em Castelo Branco.

Em 1810, Beresford, conde de Trancoso, marchou para Castelo Branco com as tropas portuguesas a fim de poder auxiliar as operações de Wellesley, depois que o regimento de milícias debandou à aproximação dos franceses. Entrou seguidamente em Espanha para proteger a retirada das tropas aliadas.

Nos fins de Agosto de 1810, Massena cercou Almeida e Ciudad Rodrigo. Ocupou estas praças militarmente, tendo-se elas defendido valorosamente. Wellesley concentrou na linha de Tôrres Vedras, além das tropas regulares, os batalhões de milícias de Castelo Branco, Idanha, Covilhã, etc. O general inglês Hill, pôsto em observação, tinha o grosso das suas fôrças em Sarzedas, a guarda avançada em Castelo Branco e a brigada de cavalaria na margem do Ponsul.

Gardam, querendo reforçar Massena, segue por Sabugal, Sortelha, Belmonte, Covilhã e vale do Zézere. Mas perseguido pelos milicianos de Trant, nos desfiladeiros da Gardunha, próximo a Alpedrinha, retira para Espanha por Penamacor. Massena na impossibilidade de cortar as linhas de Tôrres Vedras retrocedeu sobre Salamanca e, não podendo descercar a praça de Almeida, deu ordem ao seu governador, general Brenier, para que a fizesse voar pelos arês, o que este fez. Antes do combate de Sabugal, o 8.^o corpo francês ocupava Gonçalo, Gaia, Belmonte e Caria.

Alfaiates não se deixou surpreender pelos franceses, chegando a opô-lhes séria resistência em 25 e 27 de Setembro de 1811.

O marechal francês Marmont, que sucedeu a Massena, entrou na Beira em 1812, levando as suas avançadas de cavalaria até Castelo Branco, com o fim de fazer retirar Wellington de Badajoz e de Ciudad Rodrigo.

*

De 1820 em diante, nas chamadas lutas liberais, a Beira-Baixa ainda foi teatro de várias operações militares.

Em 1827, os regimentos de milícias da Guarda, Trancoso, Covilhã, etc., ajudaram a proclamar o absolutismo.

Em 1830, Almeida já então com o seu regimento de infantaria n.^o 15 e o batalhão de infantaria n.^o 23, declarou-se liberal, chegando as guerrilhas absolutistas a cercar a praça por algum tempo.

Em 1834, o pretendente D. Carlos de Espanha andou fugido em Portugal. Esteve em Almeida, Guarda e Castelo Branco.

Em 1837, o barão de Leiria, reforçado com algumas tropas do Alentejo, sublevou-se a favor da carta. O marechal Saldanha chegou também a Castelo Branco e dali ambos foram a atravessar a serra da Estréla na direcção de Coimbra.

Em 26 de Agosto de 1840, Miguel Augusto, tenente-coronel de infantaria n.^o 6, acompanhado por infantaria n.^o 13, somente, levantou o grito de revolta contra o governo em Castelo Branco, mas em 11 de Setembro foi assassinado pela soldadesca.

Em 1842, foi proclamada a restauração da carta, com excepção de Castelo Branco, sob o comando do general Pádua.

Em 1844, César de Vasconcelos e José Estêvão revoltaram cavalaria n.^o 4 em Tôrres Novas, contra Costa Cabral e seguiram para Castelo Branco,

aonde aderiu infantaria n.º 12. A coluna marchou para Alcains e Caria, mas retrocedeu para essa cidade, indo juntar-se ali o conde de Bomfim. Este general seguiu com todos os revoltosos por Alcains, aonde lançou proclamação, Guarda, em que aderiu caçadores 1, até Almeida, em cuja praça se encurralou, por espaço de dois meses, tendo-se depois rendido às tropas governamentais, as quais haviam passado também em Castelo Branco, donde por sinal levaram toda a artilharia.

B — Sob o aspecto geográfico-militar

A província da Beira-Baixa abrange uma extensa faixa de terreno a leste, compreendida entre os rios Douro e Tejo, as nossas províncias do Douro, Beira-Alta e Estremadura e as províncias espanholas de Cáceres e Salamanca.

O rio Mondego, cursando de este para oeste, quasi separa os dois distritos em que se divide a província, e os rios Aguada e Côa, afluentes do Douro e Elga, Ponsul, Ocesa e Zézere, afluentes do Tejo, convergem respectiva e perpendicularmente para estas duas grandes bacias hidrográficas.

O sistema orográfico beirense é o prolongamento da cadeia castelhana. A sua principal linha de relêvo é a da serra da Estrêla, a mais alta de Portugal. Tem a norte, a da serra de Malcata, próximo ao rio Côa, e a sul a da Gardunha, entre o Zézere e Ponsul, e a das Talhadas entre os rios Zézere e Tejo. Aquelas serras apresentam-se com inumeráveis barrancos e pronunciadas quebradas e esta última que se apoia no Tejo, em Vila Vélha de Ródão e na Gardunha em S. Vicente da Beira, constitui como que uma tríplice muralha, formidável cortina defensiva da Estremadura, só transponível através das portelas da Ameixoeira e do Milharado, da foz do Cobrão e do desfiladeiro de Vila Vélha, passagens estas mui fáceis de barrar. A serra da Estrêla é continuada até ao cabo da Roca pelas serras da Lousã, Aire, Montejunto e Sintra. O sistema beirão liga-se com as serras do Buçaco e Caramulo, a norte e com as de Alvelos e Moradal, a sul.

Estes dois sistemas de serras e de bacias de água, que a natureza tão pròdigamente espalhou por toda a província da Beira-Baixa, sobretudo na sua parte sul, constituem as mais valiosas defensas naturais.

Os rios Aguada, Côa e Elga, os mais próximos rios da fronteira espanhola, se exceptuarmos os dois que limitam a província a norte e sul, constituem as linhas defensivas mais avançadas da província e respectivamente dos distritos da Guarda e de Castelo Branco. A reforçar estas linhas naturais existiam as fortalezas de Castelo Rodrigo, Trancoso, Celorico, Almeida, Alfaiates, Sabugal e Sortelha, a norte; e Penamacor, Monsanto, Penha Garcia, Salvaterra de Extremo, Zebreira, Segura, Rosmaninhal e Monforte, a sul.

A linha férrea da Beira-Alta, perpendicular à fronteira, corta o distrito da Guarda, no sentido leste-oeste, Vilar Formoso a Gouveia. A da Beira-Baixa, paralela à fronteira, entra na província em Fratel e segue para o norte até à Guarda, onde termina.

Além das estradas que servem as povoações principais dos dois distritos e que são essencialmente comerciais, há as fronteiriças de Barca de Alva, Almeida, Salvaterra do Extremo, Segura e Malpica, com ou sem ligações directas com as de Espanha. As antigas estradas romanas são inaproveitáveis hoje na sua maior parte.

Afora as povoações importantes de Castelo Branco e Guarda, há as cidades da Covilhã e Pinhel e as vilas de Fozcôa, Gouveia, Fundão, Idanha-a-Nova e Sertã. Do tempo de D. Sancho I data a reedificação da antiga Egitânia (Idanha-a-Vélha), que havia decaído pelos séculos fora do seu antigo esplendor, cujo maior apogeu talvez tenha sido por ocasião do rei Wamba, e a sua doação aos templários. Durante esse mesmo reinado, as povoações de Castelo Branco, Covilhã e Pinhel tinham cerca de 6:300 habitantes cada uma, Penamacor 7:000 e Guarda 10:600.

No tempo de D. João I organizaram-se os concelhos de 2.^a fórmula com juiz e sr. chefe militar em Celorico da Beira, Trancoso, Vila Franca, Touro, Aguiar da Beira, Castreição, Salvaterra do Extremo, Valhelhas, Proença, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Folgozinho, Gouveia, etc.; e os de 3.^a fórmula com forais e alcaide em S. Vicente da Beira, Castelo Branco, Alpedriña, Sortelha, Covilhã, Pinhel, etc.

A superfície da província é de 12:170 quilómetros quadrados para cêrca de 496:000 habitantes, a que corresponde a densidade média de 41, sendo de 47 para o distrito da Guarda e de 36 para o de Castelo Branco, em relação às populações de 256:586 e 239:167, respectivamente.

Na fauna terrestre, além dos animais domésticos existentes no país, há também o lobo e o javali.

Na fauna fluvial, encontram-se a truta, a boga, o barbo, o muge, o sável e a lampreia.

Na flora, predomina o carvalho, castanheiro, pinheiro, videira, batata, cevada, centeio e milho ao norte e centro e a oliveira, sobreira, azinheira e o trigo a sul. No Fundão, abunda a pereira, macieira e figueira e no Gavião a laranjeira.

Em mineralogia, encontram-se, principalmente ao centro, o estanho, o wolframio, as águas radium de Caria e de Monfortinho e as sulfurosas de Manteiga, Unhais de Serra e de Alardo.

Na indústria, há a de fição e tecidos de lã na Covilhã, Gouveia, Retaxo, e Cebolais, de cortiça, moagem e azeite em Castelo Branco, de cerâmica em Sarzedas, de manteiga no Jarmelo e de queijo na serra da Estrêla. O clima da província varia muito, desde a serra da Estrêla, em que é des-temperado e cuja média anual não vai além de 7°, até ao sul, em que ultrapassa 18°.

Da mesma forma varia o estado higrométrico do ar, desde os pontos mais elevados até à planície sul e sudeste, que em muito se parece com o Alentejo.

C—No seu aspecto essencialmente militar

a) Antes do começo da nossa nacionalidade

* Os iberos e os celtas, cuja invasão na península data do século xv antes de Cristo, foram os primeiros povos que imprimiram carácter distinto na península.

O espírito de defesa nato a todo o sêr humano, levou-os a proverem-se de tóda a espécie de armas, desde as mais rudimentares, e a agruparem-se em bandos para a defesa dos seus povoados e posteriormente na expansão dos seus territórios, logo que a sua vitalidade tomou foros de relêvo. Era a chamada guerra de guerrilhas.

Com a abundância de cavalos na península, em pouco tempo êstes animais foram adoptados nas lides bélicas, facilitando os seus empreendimentos com o movimento rápido dos seus corseis.

Dos povos que dominaram sucessivamente o nosso território, os cartagineses, romanos, godos e árabes, radicaram-nos os seus sistemas militares de uma forma mais ou menos perdurável.

A infantaria de Cartago era constituída em ordem falângica, à moda grega, e a sua cavalaria em ilos de massa compacta. Mas tais formações, sendo pesadas, tornavam-nas essencialmente defensivas.

A legião romana, foi modelada da falange macedónica no seu começo; pouco a pouco foi-se transformando num sentido mais flexível, ágil e livre, permitindo incursões nos estados a longas distâncias, expedições rápidas, retornos ofensivos, surpresas e ataques violentos aos povoados e fortificações do inimigo em estado inferior de adiantamento na arte militar e nos meios de resistência. O legionário romano com o tempo passou a ser um soldado pago e, como consequência, estabeleceram-se os quadros com acesso e soldo, os serviços de campanha, de administração militar e justiça.